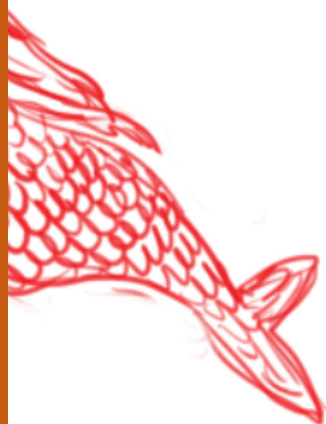




Arquivos & Educação

**Experiências e pesquisas
brasileiras em diálogo**



**Ivana Denise Parrela
Adriana Carvalho Koyama
(organizadoras)**

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE ARQUIVO

SANTORUM, Grazielle E.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Porto Alegre – RS
grazisantorum@gmail.com

RESUMO

Este artigo aborda o processo de construção de uma cultura de arquivo a partir do reconhecimento e conscientização da sociedade em relação à importância dos arquivos enquanto patrimônios responsáveis pela memória e pelo conhecimento da sociedade e promotores de democracia e da cidadania. Essa relação é vista como potencial para ser firmada com o público escolar, por meio de iniciativas de educação patrimonial. Para fundamentar tal processo, foi utilizado referencial das áreas de Educação, Educação Patrimonial e Arquivologia, alicerçando-se na pesquisa sobre o projeto O Arquivo vai à escola: detetives investigadores e defensores do patrimônio, do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, para partirmos de uma experiência prática de aprendizado dialógico e construído no ambiente escolar. A partir disso, foi possível perceber que a tomada dos arquivos por hábito requer pesquisa aprofundada e comprometimento de diversos segmentos da sociedade e, sobretudo, empenho do arquivista.

Palavras-chave: Educação. Arquivo. Educação patrimonial. Cultura de arquivo.

Introdução

Provocar na sociedade a consciência da importância dos arquivos e valorizá-los enquanto patrimônios responsáveis pela memória e pelo conhecimento da sociedade e promotores de democracia e cidadania é uma questão a ser construída. Na abordagem proposta, essa percepção é tida como a construção de uma cultura de arquivo e como um processo de reconhecimento a ser estabelecido a partir de uma relação firmada com a sociedade desde os primeiros anos escolares, por meio de projetos de educação patrimonial.

A questão tratada neste artigo, sugere a criação de uma cultura de arquivo sob o aspecto inicial da formação, tanto individual quanto coletiva, do sujeito: seus primeiros anos escolares. Assim, a criança é vista como potencial usuário do arquivo. Para embasar tais ideias, fez-se uso de teorias e conceitos das áreas de Educação, Educação Patrimonial e Arquivologia.

Em um contexto de culturas erudita e popular fomentando o aprendizado, todos indivíduos são seres sociais e históricos. Nesse aspecto, os arquivos têm sua imagem ampliada, somados à causa da formação cultural e cidadã, abrindo suas portas ao público escolar e ofertando atividades e ferramentas que sirvam de subsídio para o professor no processo de ensino e aprendizado dos educandos.

Por conseguinte, a abordagem da educação patrimonial para fundamentar este trabalho se faz imprescindível, na medida em que a entendemos como um trabalho educacional focado no patrimônio cultural, sendo fonte de reconhecimento individual e coletivo para os educandos. Tal assunto é abordado na ótica de alguns autores da área, entre eles Horta (1999, p. 6), referência sobre o tema no Brasil, que apresenta o termo “[...] instrumento de ‘alfabetização cultural’ [...]” para definir educação patrimonial.

Após abordar a teoria sobre Educação, Educação Patrimonial e Arquivos, apresentamos o projeto *O Arquivo vai à escola: detetives investigadores e defensores do patrimônio*, do programa de Educação Patrimonial do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV), escolhido para apoiar esta pesquisa. A escolha se deu em razão da abordagem metodológica da iniciativa, de caráter dialógico e construtivista. Outros traços foram significativos para a escolha do projeto, como a abordagem lúdica e o público contemplado, pontos a serem apresentados.

Realizada a pesquisa e feita a análise acerca da criação de uma cultura de arquivo na prática do projeto, apresentam-se os resultados obtidos. Por fim, a conclusão deste

trabalho propõe uma discussão sobre as responsabilidades no processo, visando provocar e ampliar a conscientização sobre esse tema.

A educação em arquivos

Para compreender a relevância do processo existente com a educação em arquivos é necessário, antes, entender como se dá a relação entre educação, educação patrimonial e arquivos e como essas três áreas, quando em interferência, ganham importância no cenário cultural.

A educação, tal como concebida por Marx¹, é um fenômeno exclusivo da natureza humana. O diferencial entre humanos e animais é o trabalho. Trabalho este a ser desenvolvido justamente no ambiente onde deverão ocorrer trocas dialógicas entre a comunidade. O método dialógico de Freire defende a assunção por meio do reconhecimento da “cultura”, tanto erudita quanto popular.

A educação patrimonial é a função social e educativa do arquivo, por meio da qual ele é difundido entre a sociedade enquanto provedor de cultura, promovendo identidade e cidadania. O objeto principal da educação patrimonial é o trabalho educacional centrado no patrimônio cultural enquanto fonte primária de conhecimento. Pensa-se que, a partir da educação patrimonial, o estudante é levado a valorizar sua herança cultural. A experiência do projeto *O Arquivo vai à escola*, do programa de Educação Patrimonial do AHPAMV, ilustra a relação entre teoria e prática.

Os arquivos são abordados, inicialmente, de maneira a contextualizar sua origem, desde a Antiguidade até a atualidade, trazendo os aspectos da Arquivologia enquanto ciência preocupada com o acesso à informação.

Educação

Tendo em vista os pensamentos acerca da essência humana, concebida por Marx em 1844, o filósofo e pedagogo Dermeval Saviani (2008, p. 11) disserta a respeito de educação:

Sabe-se que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. Assim sendo, a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana. [...] o que diferencia o homem dos

¹ Karl Heinrich Marx (Tréveris, 5 de maio de 1818 — Londres, 14 de março de 1883) foi um intelectual e revolucionário alemão, fundador da doutrina comunista moderna, que atuou como economista, filósofo, historiador, teórico político e jornalista.

outros animais é o trabalho. E o trabalho se instaura a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação. Consequentemente, o trabalho não é qualquer tipo da atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, pois, uma ação intencional. Para sobreviver o homem necessita extrair da natureza ativa e intencionalmente os meios de sua subsistência. Ao fazer isso ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano (o mundo da cultura). Dizer, pois, que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência de e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho.

A partir desse entendimento, tem-se a escola como um espaço para trocas entre a comunidade escolar, onde as relações acontecem, e o trabalho que se desenvolve. Nesse sentido, para que o ambiente seja de fato relevante na vida do aluno e a aprendizagem se efetive, não basta sua existência social. Moran² (2008 *apud* MOREIRA, 2010, p. 12) afirma:

Para que a aprendizagem seja significativa para o aluno, a escola precisa partir do princípio de onde o aluno está, quais são as suas preocupações, necessidades, curiosidades e construir um currículo e empregar uma metodologia que dialogue continuamente com o cotidiano.

Conhecendo as necessidades de aprendizagem de cada indivíduo, por meio das interações prévias, o professor tem condições de organizar o processo de aprendizagem para colocá-lo em prática, tendo em vista que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção [...]” (FREIRE, 1996, p. 47).

Freire (1996) também defende que a temática do aprendizado ultrapassa a barreira da cultura erudita³, possibilitando ao educando estudar seu universo também a partir da cultura popular. Silva (1999, p. 211) entende, então que

[...] a cultura não é definida por qualquer critério estético ou filosófico. A cultura é simplesmente o resultado de qualquer trabalho humano. Nesse sentido, faz mais sentido falar não em “cultura” sim em “culturas”.

Paulo Freire (1996, p. 41) quando trata de assunção da identidade cultural diz ser necessário que ao longo do processo da prática educativo-crítica professores e alunos assumam-se. Isto é: assumam-se enquanto seres sociais e históricos, como seres pensantes, comunicantes, transformadores, criadores e realizadores de sonhos. Ele legitima, portanto, as culturas como parte do currículo escolar.

² MORAN, J. M. **Aprendizagem Significativa**. [Entrevista ao Portal Escola Conectada da Fundação Ayrton Senna]. 2008. Disponível em: <www.eca.usp.br/prof/moran>.

³ Cultura erudita é aquela proveniente de estudos, produzida através de pesquisas, análises teóricas, experimentação.

Abordando o patrimônio cultural no contexto da educação, temos o reconhecimento dos bens culturais enquanto fonte primária do conhecimento e meio para o fortalecimento de identidade e cidadania. Teixeira (2008, p. 206) argumenta:

A ação educativa no ensino de História viabiliza a formação de indivíduos capazes de conhecer a sua própria história cultural. Ao trabalharmos questões referentes ao patrimônio no ambiente escolar, estamos oferecendo subsídios para a construção do conhecimento e da valorização e preservação desses bens culturais, sejam eles materiais, imateriais, naturais ou construídos. Ações educativas nesse sentido são importantes na medida em que os indivíduos precisam, para se reconhecerem e se diferenciarem de outros, de um "espelho" onde seja possível ver a própria vida, a própria cultura, a própria história e as próprias práticas e, com isso, construir a memória afetiva e sua identidade cultural.

Inseridos nesta realidade, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados pelo Ministério da Educação (MEC) em 1996, são referenciais para as equipes escolares. Sua obrigatoriedade se dá para a rede pública de ensino, enquanto a rede privada tem adesão opcional. Sobre a relação da educação patrimonial, área a ser trabalhada por arquivos e museus nas escolas, o PCN trata o seguinte:

A escola, na perspectiva de construção de cidadania, precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites, propiciando às crianças pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade (BRASIL, 1996, p. 34).

Os fundamentos da educação mostram a necessidade de o educando buscar identificação durante o processo de aprendizagem. A área que abrange os bens culturais está muito próxima do educando. Dessa forma, o acesso à cultura desde os primeiros anos escolares tende a ampliar as chances de sucesso na construção cidadã do sujeito.

Educação patrimonial

A educação patrimonial é a ação de construir coletivamente o conhecimento, por meio do diálogo, das vivências e do patrimônio cultural que nos cerca. É, dessa forma, uma iniciativa importante para ser trabalhada no ambiente escolar.

A Lei 9.394/1996, ou lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), estabelece:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de

ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996a).

Assim, as manifestações culturais desenvolvidas ao longo dos “processos formativos” são o que reconhecemos por patrimônio cultural. Sobre tal tratativa, o art. 216 da Constituição Federal de 1988 define-os:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, **documentos**, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A educação patrimonial é uma linguagem do arquivo, uma vez que objetiva difundir sua existência para o maior número de usuários reais ou potenciais. Ensina Horta (1999, p. 6):

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

A educação patrimonial, portanto, ultrapassa o objetivo de promover o arquivo enquanto prestador de serviços. A partir desse processo, o arquivo é difundido à sociedade enquanto provedor de cultura. Horta (1999, p. 6) defende a educação patrimonial como um “instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido [...]”.

Na prática, este instrumento é considerado um recurso pedagógico, uma vez que a observação concreta não pode ser substituída pelo discurso do professor. No caso do AHPAMV, é a partir do conceito de patrimônio que professores, estudantes e profissionais do Arquivo pensam juntos acerca da realidade em que a escola daquelas crianças está

inserida historicamente. Dessa forma, essa ação educativa arquivística comunica o papel social da instituição.

Inserida nessa utopia da criação da “cultura de arquivos” na sociedade, a criança assume papel fundamental, pois é com esse personagem que se inicia o processo de transformação da mentalidade sobre o patrimônio arquivístico brasileiro e seu papel cidadão na história do povo.

Arquivo

Os arquivos têm sua origem com a invenção da escrita, há cerca de seis mil anos. Essa origem está ligada à função depositária e acumuladora de documentos. Sua constituição enquanto ciência se deu com o passar do tempo, por meio da evolução das civilizações. Explicam Alberch i Fugueras e outros (2001, p. 30):

Seguindo a já clássica divisão proposta por Robert H. Baurtier, a história dos arquivos pode ser sintetizada em quatro grandes períodos:

- 1) A época dos arquivos dos palácios, por assim dizer, a Antiguidade.
- 2) A época dos cartulários correspondente à Idade Média (séculos XII – XV).
- 3) A época dos arquivos enquanto arsenais de autoridade, que engloba desde o século XVI até os primórdios do século XIX.
- 4) A época dos arquivos enquanto laboratórios da história, que se estendem do início do século XIX até metade do século XX.

A partir da década de 1980, temos a ampliação do conceito custodial dos arquivos para a perspectiva pós-custodial, passando-se a aceitar o arquivista como cientista da informação, agregando a ele o conhecimento sistematizado da recuperação da informação.

Contextualizadas as épocas e conscientes dos possíveis contrastes entre as realidades nacionais, temos o seguinte o conceito para arquivo em nosso país, de acordo com o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (BRASIL, 2005, p. 27): “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”.

Em relação a esse “conjunto de documentos” referido no conceito acima apresentado, sabemos que a existência de um arquivo se dá mediante o processo de acúmulo de documentos orgânicos que contam a vida de suas instituições.

Assim, além de servir para a administração, os arquivos são fundamentais para atender a questões culturais na sociedade nas quais estão inseridos. Alberch i Fugueras e outros (2001, p. 10) dispõem o seguinte:

O objetivo de organizar e manter arquivos adquire corretamente sua dimensão cívica se assumirmos que estes centros funcionam muito diretamente com os valores dos bens públicos, como memória, identidade e conhecimento, que, não por coincidência, estão normalmente associadas a efeitos indispensáveis do conceito moderno de cultura.

Alberch i Fugueras e outros (2001, p. 10) afirmam, ainda, que “[...] a noção de patrimônio documental de caráter histórico constitui valor essencial e básico aos arquivos [...] sem o qual, seria impossível utilizar sua informação para fomentar a memória, a identidade e o conhecimento”.

O sentido dos arquivos ligados à cidadania se deu com a Revolução Francesa, sendo dever das instituições arquivísticas gerir e prover o acesso aos documentos, seja à administração ou à população. A *Declaração Universal sobre os Arquivos*, elaborada pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA, 2010, documento eletrônico) institui:

Arquivos registram decisões, ações e memórias. Arquivos são um patrimônio [patrimônio] único e insubstituível transmitido de uma geração a outra. Documentos de arquivo são geridos desde a criação para preservar seu valor e significado. Arquivos são fontes confiáveis de informação para ações administrativas responsáveis e transparentes. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida.

Nesse contexto, os arquivos se mostram importantes “instrumentos de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (BRASIL, 1991). Os documentos de arquivos são base para o conhecimento da pessoa ou entidade que os geraram. Por meio deles é possível conhecer seu passado e sua evolução.

No âmbito da realidade de um arquivo histórico, cuja documentação é de caráter permanente, destacam-se as atividades de arranjo, descrição e difusão. De acordo com García (1999, p. 30), o objetivo primordial da difusão nos arquivos consiste em: “Trazer aos cidadãos, peritos ou leigos, o conteúdo dos mesmos”.

É necessário tratar sobre as relações a serem criadas entre arquivo e sociedade. Os eventos a serem promovidos pelos arquivos são diversos, dependendo exclusivamente do

público que se deseja atingir. A entrada do público escolar nos arquivos, costuma acarretar benefícios para a instituição. Alberch i Fugueras e outros (2001, p. 58) defendem:

A superação da visão tradicional do arquivo concebido como um espaço reservado a um grupo restrigido de usuários, onde se conservam e custodiam documentos tem propiciado um impulso que fomenta a dimensão social e cultural mais ampla do arquivo, enquanto serviço público dedicado à difusão do patrimônio cultural que preserva.

Assim, o fazer do arquivista fica evidente nas ações desenvolvidas pelo arquivo, tanto no nível tanto de planejamento quanto de execução. E, dessa forma, evidencia-se a atuação do profissional da informação, sugerida pelo paradigma pós-custodial, ao ser responsável pela relação importante entre usuário e informação.

Educação patrimonial no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

Sob o aspecto da educação patrimonial na construção de uma cultura de arquivo, é possível fazer uma analogia sobre o mundo dos livros e a leitura. Quando cresce em um lar onde os pais têm o hábito da leitura e frequentam bibliotecas e livrarias, a criança é estimulada para isso e tende a desenvolver o mesmo gosto. Nesse sentido, os arquivos – se incentivados desde o princípio – se tornarão hábito na vida da criança e do cidadão.

Toma-se o público infantil como eixo central da proposta de construção de uma cultura de arquivo por meio da educação patrimonial, pois parte-se do princípio de que é a partir da infância, na formação do sujeito, que se desenvolvem os hábitos que influenciarão quem será esse indivíduo no futuro.

É possível relacionar os arquivos a qualquer indivíduo, pois aqueles entram na vida de qualquer um desses desde muito cedo: por meio da certidão de nascimento e demais atividades registradas em documentos ao longo da vida. Inclusive, de um desprezioso álbum de fotografias da infância, que tende a ser muito bem cuidado pela mãe e posteriormente pelo respectivo dono, já em idade adulta, com o intuito de preservar a memória pessoal e familiar do indivíduo.

Este é o sentido dos arquivos em nossa vida: ter significados particulares e coletivos. Se bem cuidados, podem ser transmitidos de uma geração a outra. Porém, se possuem toda essa representatividade no contexto familiar, imagine tomando a dimensão de uma vila,

de um bairro, de uma cidade! Os arquivos municipais, desse modo, têm neles a memória da cidade e, conseqüentemente, um potencial incrível de histórias a serem exploradas.

Alberch i Fugueras e outros (2001) expõem a valia dos arquivos nos métodos pedagógicos enquanto melhora na prática da observação e experimentação do aluno, trazendo benefícios para a aprendizagem da história local. Portanto, a aproximação entre arquivo e criança pode acontecer inicialmente por intermédio da escola.

Apresenta-se a seguir o contexto do programa de educação patrimonial do AHPAMV, refletindo sua história e local, além da preocupação em desenvolver projetos e atividades que conscientizem o público escolar sobre a importância dos bens patrimoniais.

Inserido em um cenário cultural e histórico, que remonta bens naturais, arquitetônicos e documentais, percebe-se forte atuação do AHPAMV enquanto instituição preocupada em promover a seus usuários o acesso à informação e à cultura. Seu Guia (PORTO ALEGRE, 2009, p. 24), dispõe:

O Arquivo Histórico [...] disponibiliza, aos seus usuários: documentos, livros, jornais, mapas, plantas e outras espécies de documentos, que podem dar suporte e embasar seus trabalhos de pesquisa [...]. Busca e acolhe parcerias, formais e informais, com professores de instituições de ensino, para dar, além de suporte informacional para as disciplinas, suporte técnico e prático [...], mostrando que documentos, informações e saberes não devem apenas ser guardados e preservados, mas sim, usados para o crescimento pessoal, intelectual e profissional. [...] com seu Programa de Educação Patrimonial, [...] atinge o público estudantil nos seus estágios iniciais de ensino [...], profissionais, estudantes e cidadãos interessados na ampliação da abrangência dos seus trabalhos e estudos teóricos e práticos.

Tendo em vista o objetivo apresentado por Porto Alegre *apud* Minuzzo de “sensibilizar para as questões de patrimônio natural e cultural – material e imaterial, fomentando atitudes de reconhecimento e respeito à marca cultural humana e de cuidado com toda a vida planetária”, o AHPAMV desenvolveu o projeto *O Arquivo vai à escola*, a ser apresentado a seguir.

O arquivo vai à escola: detetives investigadores e defensores do patrimônio

O projeto *O Arquivo vai à escola* faz parte do programa de educação patrimonial do AHPMV, sendo desenvolvido desde o segundo semestre de 2013, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SMED). De acordo com o projeto, elaborado por Fluck (2013), seu objetivo geral é: “Sensibilizar para as questões de patrimônio, apoiando a formação de atitudes e cuidado com bens patrimoniais”.

O diferencial dessa iniciativa é o local onde as atividades ocorrem, conforme o próprio nome indica: a escola das crianças. A variação de local se dá em razão da falta de verba para transportar os educandos das escolas da periferia de Porto Alegre até o bairro onde se situa o AHPAMV, o que torna possível a resignificação do espaço escolar a partir do conceito patrimônio, melhorando seu cuidado e estimulando olhares sobre o patrimônio do bairro.

Entre os materiais desenvolvidos pelos técnicos para a atividade citam-se: livro de iluminuras, mapa de pergaminho e diversos documentos antigos. O local da atividade é estratégico: a biblioteca escolar. Tem contação de história, atividade de restauração de documentos, brincadeira de investigação e desenho sobre o aprendizado. No final, todos recebem certificado.

Vista a metodologia, foi aplicada uma pesquisa com a responsável⁴ pela elaboração e execução do projeto no AHPAMV, de modo a compreender e acompanhar como ocorrendo a aplicação e a aceitação da proposta na rede pública municipal de ensino. Os dados e resultados podem ser vistos em sua totalidade no trabalho de SANTORUM (2014).

Ainda não ocorreu uma avaliação do projeto *O Arquivo vai à escola* enquanto atividade de educação patrimonial. O projeto serviu de exemplo bem fundamentado, paralelamente, enquanto parte do processo de como construir uma cultura de arquivo a partir dessa iniciativa de educação patrimonial.

Conclusão

A análise do projeto *O Arquivo vai à escola: Detetives investigadores e defensores do patrimônio* proporcionou o conhecimento de uma ação educativa prática, inserida no contexto de um arquivo público municipal, com ativo e exemplar programa de educação patrimonial. Com foco nessa realidade, foi possível avaliar como se viabilizaria a construção de uma cultura de arquivo a partir da inserção do arquivo na escola tendo o público discente do ensino básico como alvo.

Os resultados obtidos na pesquisa não trouxeram propriamente conclusões no que diz respeito à máxima deste trabalho, a criação de uma cultura de arquivo sem inquietações. Não ousamos definir aqui que *O Arquivo vai à escola* possibilita a construção efetiva de uma cultura de arquivo, pois acreditamos que esse processo requer um estudo de longo prazo envolvendo diversos segmentos da sociedade.

⁴ Rosane Maria Fluck, socióloga e técnica em cultura do AHPAMV.

Tendo em vista que a cultura é aqui, uma tomada de hábito em relação ao uso dos arquivos enquanto patrimônios responsáveis pela memória e pelo conhecimento da sociedade, promotores de democracia e cidadania, esse é um aspecto deficitário. Apresentaremos a seguir alguns seguimentos da sociedade que avaliamos estratégicos para a discussão da construção de uma cultura de arquivo.

Inicialmente, trataremos daquele que acreditamos ser o responsável protagonista por mudanças práticas sobre o mundo dos arquivos: o seu profissional. Tomando o arquivista como agente principal da transformação cultural em que os arquivos tomam extensão educacional para assumir dimensão democrática e cidadã, é preciso questionar: Como se dá o movimento de formação acadêmica até a entrada e atuação dele do mundo do trabalho?

A autocrítica começa, portanto, nos currículos de Arquivologia das universidades que não estimulam o potencial educacional dos serviços e produtos do arquivo e, principalmente, a formação do arquivista como educador. Acreditamos que, no momento em que a formação acadêmica proporcionasse a conscientização, com base em princípios ideológicos, uma nova mentalidade seria formada. Seria, desse modo, uma alternativa de transgredir a formação e a atuação profissional tecnicista e partir para a perspectiva de arquivistas militantes, com prioridades bem definidas nos âmbitos educacional e cultural, com vistas à difusão dos arquivos.

Sob essa ótica, o arquivista atuante nas instituições, sobretudo públicas, se mobilizaria para desenvolver projetos de acesso aos arquivos. Tendo o objetivo deste trabalho em mente, o que se pensa é o profissional social agindo em prol de ações educativas. Todavia, sabe-se que a mão de obra especializada nessas instituições é escassa e que, muitas vezes, os projetos culturais são interrompidos por falta de um responsável. Então, o que se pensa é o arquivista educador, com relevante papel social e, sobretudo, formador. É aí entra uma peça importante no processo de transformação que se propõe: o professor.

Seguindo a proposta, temos outro segmento da sociedade que julgamos definitivo para a construção de uma cultura de arquivo: o docente de ensino básico. Acreditamos que, dando continuidade à formação e à atuação do arquivista, o professor assume papel fundamental para alicerçar o arquivo enquanto fonte de conhecimento reconhecida para o público escolar. Assim, caberia aos arquivistas desenvolverem projetos que visassem à formação dos professores, transformando-os em multiplicadores. Nesse sentido, o arquivo seria levado para a sala de aula, em diferentes áreas do conhecimento e propostas

pedagógicas, pois estariam arraigadas no cotidiano escolar, podendo, até mesmo, ser promovidas com certa frequência.

A prática sistêmica da formação docente, da utilização em sala de aula e do acompanhamento da instituição arquivística suscitaria a intervenção governamental que, de fato, regularia a utilização dos arquivos na construção do conhecimento histórico e social. Pois somente a partir da existência de uma cultura de arquivo na sociedade é que poderão ser promovidas políticas públicas capazes de reger os currículos escolares para tanto.

Em suma, sugere-se que o processo de construção de uma cultura de arquivo não é uma ação isolada, e sim uma questão a ser construída coletivamente. Todavia, o processo é longo e requer comprometimento. O principal promotor dessa mudança é o arquivista que, atuando consciente de seu papel social e estrategicamente situado em seu contexto institucional, poderá prover ferramentas para alcançar o público escolar e obter sucesso na construção de uma cultura de arquivo a longo prazo.

Referências

ALBERCH i FUGUERAS, R. *et al.* **Archivos y cultura**: manual de dinaminación. Asturias: Trea, 2001.

BRASIL. **Constituição [da] República Federativa do Brasil. [1988]**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 nov. 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996[a]**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 30 ago. 2013.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em 30 ago. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1996.

BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

FLUCK, R. M. O Arquivo vai à escola: detetives investigadores e defensores do patrimônio. [Projeto do AHPAMV]. 2013. [Documento interno – não publicado].

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCÍA, L. M. **La difusion por la difusion**. In: Archivos, ciudadanos y cultura. Toledo: Anabad-Castilla La Mancha, 1999. p. 29-55.

HORTA, M. L. P. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

INTERNATIONAL COUNCIL OF ARCHIVES - ICA. **Declaração universal sobre os arquivos**. 2010. Disponível em: <<http://www.ica.org/download.php?id=1484>>. Acesso em: 31 ago. 2013.

MINUZZO, L. U. **Atividades culturais e educativas em arquivos**: um estudo de caso sobre o Arquivo Histórico Moysés Vellinho. Porto Alegre: 2010. 93 f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Arquivologia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28449/000770924.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 out. 2013.

MOREIRA, M. A. Aprendizagem significativa: um conceito subjacente. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL SOBRE EL APRENDIZAJE SIGNIFICATIVO, Burgos, 1997. **Actas...**, Burgos: Universidad de Burgos, 1997. p.19-44. Disponível em: <<http://www.if.ufrgs.br/~moreira/apsigsubport.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

MOREIRA, N. **A relação professor-aluno no filme “Escritores da Liberdade”**: o papel do diálogo na construção do conhecimento. São Paulo, 2010. 46 f. Monografia. (Trabalho de Conclusão do Curso de Biologia) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCBS/Cursos/Ciencias_Biologicas/1o_2012/Biblioteca_TCC_Lic/2010/2o_2010/NATALIA_MOREIRA.pdf>. Acesso em: 19 maio 2014.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Arquivo Histórico de Porto Alegre - Moysés Vellinho. **Guia do Arquivo Histórico de Porto Alegre**: Moysés Vellinho. 2. ed. Rev. Ampl. Porto Alegre: AHPAMV, 2009. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu_doc/guia_do_arquivo_historico_-_2ed.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2013.

SANTORUM, G. E. **Educação patrimonial e a construção de uma cultura de arquivos**. Porto Alegre: 2014. 49 f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Arquivologia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/102301/000932140.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

SILVA, T. T. Pedagogia do oprimido versus pedagogia do conteúdo. In: SILVA, T. T. **Teorias do currículo**: uma introdução crítica. Belo Horizonte: Porto Editora, 2000. Disponível em: <<http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC23/23-arquivo.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2014.

TEIXEIRA, C. A. R. A Educação Patrimonial no ensino de História. **Biblos**, Rio Grande, n. 22, v. 1, p. 199-211, 2008. Disponível em: <www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=10307>. Acesso em: 16 jan. 2014.